AS DIREITAS NO BRASIL REPUBLICANO



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

AS DIREITAS NO BRASIL REPUBLICANO

Série Saber & Crítica 24

LF EDITORIAL

2026

Copyright © Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Marcus Vinícius Furtado da Silva
As direitas no Brasil republicano / Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira. –
São Paulo: LF Editorial, 2026. – (Saber & crítica; 24)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-819-6

1. Autoritarismo - Brasil 2. Ciências políticas 3. Democracia - Brasil - História
4. Direita e esquerda (Política) 5. Ditadura militar - 1964-1985 6. República - Brasil - História
I. Título II. Série.

26-397100.0 CDD-981.0581

Índices para catálogo sistemático:
1. República: Brasil: História 981.0581

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

SUMÁRIO

Introdução 6
A ultradireita corporativista nos anos 1930 15
Democracia e autoritarismo no Brasil (1945-1964) 40
As direitas na Ditadura Militar (1964-1985) 58
As direitas na Nova República (1985-2025) 79
A ultradireita no Brasil Republicano 101
Bibliografia comentada 105
Sobre o autor 109

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, após ação violenta da polícia, as manifestações pela redução do preço das passagens de ônibus foram sucedidas por uma presença massiva de centenas de milhares de pessoas nas ruas de diversas cidades brasileiras. Tais manifestações, que surpreenderam a muitos como um raio que despenca de um céu azulado, foram pautadas por reivindicações difusas que se estendiam desde a defesa de melhores serviços públicos, ao combate à corrupção e à necessidade de uma intervenção militar. Apesar da diversidade, era possível ainda perceber uma característica que unificava a multidão. Os partidos políticos e suas lideranças não representavam as demandas e interesses daqueles que estavam nas ruas protestando.

Como demonstram os estudos de Roberto Andrés e Vincent Bevins, a percepção de que as Jornadas de Junho foram movimentos completamente dominados pelas direitas não condiz com a pluralidade das manifestações. Inúmeros grupos de esquerda, também desvinculados das estruturas partidárias e das instituições estatais, impulsionaram suas próprias pautas. Ao mesmo tempo, novos grupos alinhados à direita se organizaram, virtual e presencialmente em junho de 2013. Nesse sentido, não havia um sentido determinado para as manifestações que tomaram as ruas.

Mesmo com as manifestações, a presidenta Dilma Rousseff, ainda que por margem apertada, derrotou Aécio

Neves nas eleições presidenciais de 2014. A vitória de Rousseff, contestada inicialmente pelo candidato derrotado, impulsionou outra série de manifestações que seriam recorrentes ao longo dos próximos anos. Nesse momento, o obscuro e virulento deputado Jair Bolsonaro decide estruturar sua candidatura presidencial para as eleições de 2018. Em meio às tensões que envolviam o governo Rousseff, Bolsonaro, inicialmente tratado como uma figura caricata, ampliava sua popularidade com discursos violentos e ataques à democracia. Em 2016, na sessão que aprovou o *impeachment* da presidenta, Bolsonaro rendeu homenagens ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. No interior do parlamento ressoava novamente a brutalidade criminosa da Ditadura Civil-Militar inaugurada em 1964.

Mais que não receber qualquer punição, o então deputado prosseguiu adquirindo popularidade, sobretudo com a utilização das redes sociais, e se consolidando como uma possível opção presidencial para 2018. Além do descrédito do sistema político brasileiro, Bolsonaro também aproveitava um momento global de desconfiança em relação à democracia e às instituições republicanas. Com uma plataforma contrária às minorias e a políticas de justiça social, Donald Trump foi eleito como presidente dos Estados Unidos da América.

Em 2018, com Luiz Inácio Lula da Silva encarcerado, Bolsonaro, candidato à presidência pelo PSL (Partido Social Liberal), é eleito no segundo turno. Após as décadas em que partidos de centro direita e centro esquerda, como

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PT (Partido dos Trabalhadores), pela primeira vez a República iniciada com a eleição de Tancredo Neves em 1985 e consolidada com a Constituição de 1988, elegeu um presidente militar com posicionamentos autoritários e antidemocráticos. Também pela primeira vez, um político de extrema direita ascendia à presidência a partir do voto popular.

As percepções e interpretações do passado são sempre alteradas pelos acontecimentos desenvolvidos no presente. Nesse sentido, a eleição e o governo de Bolsonaro propõem importantes questões para a história política brasileira. Em primeiro lugar, sobretudo diante da tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, é preciso compreender como, mesmo diante do encerramento da Ditadura Civil-Militar e da consolidação da Nova República, as perspectivas golpistas permanecem afetando o funcionamento da democracia brasileira. Em segundo, também é preciso compreender o presente das últimas décadas da história política brasileira a partir de suas continuidades e descontinuidades com o passado.

Portanto, a eleição, o governo e a tentativa de golpe liderados por Jair Bolsonaro impulsionam o estudo do comportamento político das direitas radicais e extremas ao longo da história do Brasil. Afirmando as relações entre presente e passado, este pequeno livro percorrerá os últimos cem anos da política brasileira em busca de compreender as relações entre as organizações de direita e a democracia no Brasil.

Em 15 de novembro de 1889, um golpe liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por lideranças políticas civis derrubou o governo do imperador D. Pedro II e a monarquia brasileira. O encerramento da monarquia demandava a construção de uma nova ordem política e jurídica. Promulgada em 1891, a primeira constituição republicana instituiu o presidencialismo e estabeleceu o fim do Poder Moderador. De acordo com a Constituição de 1824, o Poder Moderador, exercido exclusivamente pelo Imperador, era a chave da organização dos demais poderes no Brasil. Formulado originalmente pelo Marquês de Caravelas, o quarto poder pretendia criar uma ordem política na qual o excesso de liberdade não conduzisse à anarquia e o excesso de autoridade ao despotismo. Por isso, mais que uma demonstração de autoritarismo, o Poder Moderador foi proposto como uma forma de controlar e arbitrar os conflitos políticos no Brasil.

Na República, sem a moderação do Imperador, não havia legalmente uma força capaz de se colocar acima de todos os conflitos. Por isso, as elites políticas e militares brasileiras, na ausência desse poder, procuravam outros mecanismos para a manutenção de uma sociedade controlada por essas forças. Isso significa que o avanço da democratização no Brasil sempre encontrou obstáculos em lideranças políticas, religiosas e militares receosas da participação popular na política. Em razão disso, ao longo de toda a história republicana brasileira, o crescimento da participação popular ou de partidos e lideranças políticas que

destoavam dos projetos oligárquicos de tutela da sociedade conviveram com medidas autoritárias, ditaduras e tentativas de golpe. Nesses momentos, sujeitos de diferentes setores da sociedade alinhados às direitas radicais e extremas participaram ativamente para a restrição ou mesmo destruição da democracia.

Isso não significa, evidentemente, que todos os agrupamentos de direita são essencialmente antidemocráticos ou mesmo que não haja esquerdas profundamente autoritárias. Também não significa afirmar que a história política brasileira é uma eterna disputa entre elites corruptas e autoritárias e um povo sempre subjugado a estes interesses. As ameaças e rupturas democráticas não ocorreram sem que houvesse apoio por parte da população, assim como os avanços sociais e políticos. Por isso, as dificuldades de manutenção da democracia não fazem do Brasil um país condenado a repetir sempre seus próprios erros. A política, mesmo que eventualmente dominada por determinadas forças, nunca é o resultado fechado. Mesmo as forças não hegemônicas são capazes de atuar politicamente e afetar os rumos da história.

Ao focalizar nos grupos de direita radical e extrema, a história aqui apresentada é produzida a partir de um recorte do universo das direitas brasileiras. Nesse recorte, os capítulos apresentados acompanham a trajetória de grupos, partidos e lideranças que estiveram envolvidos desde os anos 1930 na contestação da democracia brasileira e na proposição de um ordenamento autoritário. Portanto, o argumento

central dessa ampla narrativa da história política brasileira procura afirmar que, apesar de suas diferenças de época e posicionamentos ideológicos, uma parcela significativa das direitas brasileiras manteve ao longo do tempo o projeto de uma sociedade autoritária ou tutelada que almeja controlar a sociedade e a participação popular na política.

Originalmente surgidos no contexto da Revolução Francesa, esquerda e direita não se referiam a identidades políticas, mas ao lado ocupado pelos parlamentares na Assembleia Nacional durante a discussão sobre a possibilidade de veto do rei sobre as leis aprovadas no parlamento. À direita, estavam os que defendiam essa prerrogativa do poder real, ao passo em que na esquerda estavam aqueles que eram contrários à proposta. Durante os séculos XIX e XX, os significados dos termos esquerda e direita adquiriram novos significados e passaram a designar identidades e posicionamentos políticos compartilhados por indivíduos, grupos e partidos. Assim, apesar da pluralidade e diversidade das esquerdas e das direitas, é ainda possível traçar algumas características comuns a essas posições no espectro político.

Nos anos 1990, o cientista político italiano Norberto Bobbio produziu um interessante trabalho sobre as distinções entre esquerda e direita. Para Bobbio, a distinção entre ambos os grupos estava relacionada ao modo como se relacionavam com a igualdade, a liberdade e a autoridade. Para as esquerdas, a desigualdade não é fator natural e pode, por isso, ser transformada. Assim, a política das esquerdas,

em seus mais variados grupos, diz respeito a uma luta pela igualdade, ao passo em que as direitas consideram a desigualdade como inerente ao mundo humano e que as tentativas de transformação profunda da realidade podem trazer enormes prejuízos para a sociedade. É interessante notar que, para Bobbio, desigualdade não significa uma defesa da manutenção da pobreza ou das desigualdades sociais. O termo procura afirmar que, na compreensão das direitas, há diferenças entre os homens, de mérito, habilidade ou corpo, que precisam ser respeitadas para o funcionamento da sociedade.

Liberdade e autoridade, por sua vez, dizem respeito ao modo como ambos os grupos pretendem construir seus projetos políticos. É possível, portanto, que projetos de esquerda e direita sejam impostos e mantidos com maior controle político e até mesmo por meio de ditaduras ou operem dentro de uma perspectiva democrática que permita maior liberdade política inclusive para seus opositores. Com isso, mesmo reconhecendo as diferenças entre esquerda e direita, Bobbio demonstra que o autoritarismo pode ocorrer em ambos os espectros. Por fim, para o cientista político neerlandês Cas Mudde, a propensão ao uso da autoridade cria uma importante distinção entre grupos de direita radical e extrema direita. Enquanto os radicais são marcados por fortes críticas que abalam as democracias, os extremos trabalham efetivamente para a substituição de um regime democrático por um governo ditatorial. Diante disso, é possível arriscar uma breve definição dos

grupos que serão analisados em seguida. O espectro da ultradireita, composto pelas direitas radical e extrema, é, portanto, caracterizado pela defesa, mais ou menos autoritária, de ordem inigual fundamental para o funcionamento da sociedade.

No campo das extremas direitas, o nazismo é o exemplo mais conhecido e nefasto. Para os nazistas, há uma diferença natural que permite que algumas raças humanas sejam superiores às demais. Assim, ao eleger a raça ariana como superior, os nazistas eliminaram todos os grupos, sobretudo os judeus, que não pertenciam a essa raça. Ao mesmo tempo, dentro do regime nazista, mesmo os alemães considerados puros não eram igualmente tratados. A hierarquia entre governantes e governados era mantida por meio de uma ditadura e os cidadãos frequentemente deveriam competir para demonstrar seu valor perante a sociedade.

Por outro lado, alguns setores do liberalismo, principalmente vinculados a pensadores como o economista austríaco Friedrich Hayek, representam posicionamentos característicos das direitas radicais. Esse tipo de liberalismo, popularmente conhecido como neoliberalismo, defende que, como é impossível conhecer todas as variáveis da sociedade, os planos de transformação social não serão exitosos. Com isso, a democracia, marcada pelo atendimento às crescentes demandas da população, requer planejamentos amplos e, por isso, deve ser limitada. Essa limitação da democracia, por sua vez, não significa a adesão a uma ditadura, mas a defesa de uma determinada ordem

política e social que deve ser permanentemente conservada para que os indivíduos possam desenvolver seus desejos e demandas.

Essas definições nunca são permanentes. Ao longo de suas trajetórias políticas, grupos, partidos e indivíduos podem se mover dentro do espectro político dentro das próprias direitas ou mesmo caminhando para um alinhamento com as esquerdas. No Brasil, Getúlio Vargas foi o líder da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), ideologicamente próxima aos regimes europeus de extrema direita. Todavia, em 1945, durante o processo de democratização do Brasil, Vargas procurou se adequar à democracia, concorreu às eleições e foi eleito como presidente da República em 1950. Em um salto mais profundo, Olavo de Carvalho, intelectual central para a ultradireita atual, afirmou ter sido próximo aos comunistas no início dos anos 1960 e, alguns anos depois, tornou-se um dos principais vetores do anticomunismo brasileiro a partir dos anos 1990.

Portanto, tais definições e distinções, longe de prender os diferentes atores políticos a uma determinada posição fixa, servem precisamente para que seja possível perceber seus movimentos de acordo com as condições políticas disponíveis e afirmar uma realidade política complexa que nunca pode ser reduzida a termos vazios de significado. Assim, além de desenvolver o argumento citado anteriormente, um dos objetivos do livro é apontar para essa complexidade e estimular um debate público mais qualificado.

A ULTRADIREITA CORPORATIVISTA NOS ANOS 1930

Entre os anos 1920 e 1940, diversos países ocidentais atravessaram experiências autoritárias e ditatoriais. O crescimento do autoritarismo pode ser explicado a partir das crises inauguradas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pela Crise de 1929. Em meio às dificuldades geradas por esse cenário trágico, novos modelos políticos, econômicos e sociais foram propostos. Na transição para a modernidade, ocorrida ao longo dos séculos 18 e 19, houve uma significativa alteração nos moldes de funcionamento do poder político e na organização da sociedade. O advento da modernidade implicava uma sociedade na qual o poder político não era derivado de uma linhagem nobre e que poderia ser exercido por diferentes grupos sociais. Aos poucos, as massas, compostas principalmente por trabalhadores, passam a participar efetivamente da política institucional.

Herdeira da visão de mundo medieval, as sociedades ocidentais eram estruturadas a partir de uma ordem corporativa e estamental. Nessa organização, os indivíduos deveriam agir de acordo com a sua posição social. O respeito a essa forma de ordenamento, garantido sobretudo pela

religião, era considerado fundamental para a manutenção da sociedade. Enfrentar a ordem significava, portanto, romper com um equilíbrio constituído há séculos.

Com as revoluções dos séculos 18 e 19 e a consolidação do capitalismo, essa organização corporativa e estamental foi profundamente alterada. Uma sociedade antes preocupada com a manutenção da harmonia a partir da colaboração de diferentes grupos, passou a ser estruturada em torno de interesses individuais. Com isso, as formas de organização política anteriores, baseadas principalmente nos privilégios de elites com títulos de nobreza, tornaram-se insuficientes. Como demonstra o historiador francês Pierre Rosanvallon, o regime político característico da modernidade, comumente conhecido como liberal, compreendia o poder político como um espaço simbolicamente vazio. Isso significa que, como não há indivíduo ou grupo previamente indicado para assumir a condução do país, qualquer força, de esquerda ou direita, estava habilitada para disputar o poder político.

Sem o recurso de uma realeza ordenada pela força da religião ou de uma sociedade corporativa, os conflitos entre diferentes grupos políticos eram condição de funcionamento do sistema democrático. Evidentemente, isso não significa que nas sociedades pré-modernas houvesse uma harmonia intocável sem conflitos políticos envolvendo nobreza e trabalhadores. A diferença é que, na modernidade, esses conflitos são compreendidos a partir de outras perspectivas. Para usar uma metáfora de Marx e Engels,

escrita no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, na modernidade o sagrado foi profanado, as relações se transformam antes mesmo de se consolidarem e tudo que é sólido se desmanchava no ar.

Ainda no século 19, essa sociedade de indivíduos encontrou importantes críticos. Nas esquerdas, os trabalhos de Marx e o desenvolvimento de organizações de trabalhadores propunham uma sociedade na qual os homens não mais seriam explorados por outros homens. Para tanto, era preciso que a propriedade dos meios de produção fosse socializada e que a riqueza produzida coletivamente pudesse ser apropriada por aqueles que a produziam. No século 20, em meio à Primeira Guerra Mundial, os bolcheviques, liderados por Lenin, assumiram o poder na Rússia e originaram a primeira experiência comunista vitoriosa e duradoura, lançando, assim, um importante desafio para a ordem moderna.

No campo das direitas, houve também reações e desafios a essa sociedade de indivíduos. A Igreja Católica, sobretudo a partir da atuação de papas como Leão XIII, procurou construir um posicionamento político que não aderisse ao comunismo, compreendido como destruidor dos valores católicos e ocidentais, e ao liberalismo individualista e materialista.

Mediante bulas papais que condenavam ao mesmo tempo comunismo e liberalismo, a Igreja Católica procurou, a partir do catolicismo social, oferecer uma outra via para a sociedade baseada nos valores católicos e na preocupação

com o crescimento da pobreza entre os trabalhadores. Para tanto, os católicos defenderam um modelo de sociedade corporativista, diretamente inspirado na sociedade medieval. Conforme afirmou o historiador português Antonio Costa Pinto, o corporativismo católico "deveu-se à romantização das corporações da Europa medieval pelos conservadores do século XIX que sentiam desiludidos com o liberalismo e que temiam o socialismo e a democracia." Assim, reagindo a essa sociedade liberal e individualista, o corporativismo católico defendia uma sociedade fortemente hierarquizada e representada não mais por indivíduos, mas por determinados grupos sociais.

Essa preocupação com a manutenção da hierarquia e dos valores cristãos estava relacionada à posição social da Igreja na modernidade. Com as revoluções e a consolidação dos Estados modernos, o poder do catolicismo, ainda bastante expressivo, não era o mesmo de outrora. Nesse sentido, o surgimento do corporativismo católico apareceu também como uma tentativa da Igreja de retomar seu poder e controle da sociedade. O projeto de sociedade corporativista, embora originado na Igreja Católica, encontrou também expressão em setores laicos. Nessa configuração, a autoridade responsável pela manutenção da ordem do corpo social é o Estado. Com um teor fortemente nacionalista, esse tipo de corporativismo compreendia que a nação deveria ser una e indivisível. Por isso, seria necessário concentrar os poderes no Estado e uma liderança capaz de representar o povo.

Radicalizado, o projeto corporativista esteve nas bases fundamentais da extrema direita entre os anos 1920 a 1940. No fascismo italiano, que conquistou o poder em 1922, o ditador Benito Mussolini aparecia como figura central do regime ditatorial que almejava controlar todos os aspectos da sociedade italiana. A Itália, para os fascistas, deveria estar à altura de sua história gloriosa que remete ao Império Romano. Para tanto, todos aqueles elementos considerados pelo regime como contrários aos rumos da nação eram amplamente perseguidos e assassinados. Na Alemanha, o corporativismo radical defendido pelos nazistas adquiriu características raciais. O projeto nazista envolvia, assim, a defesa de uma comunidade do povo formada por elementos pertencentes a uma mesma raça. Nessa comunidade, os valores nazistas deveriam ser disseminados por todos os espaços da sociedade. Com isso, as ações individuais precisavam demonstrar publicamente a adesão aos valores do regime sob pena de serem denunciados até mesmo por vizinhos e familiares.

As raças consideradas inferiores, a exemplo dos judeus, figuravam como um obstáculo interno à saúde da comunidade do povo. Nesse sentido, para preservar a organicidade do corpo social, tais elementos deveriam ser eliminados. Essa concepção profundamente racista esteve na origem dos crimes e horrores praticados pelos nazistas nos campos de concentração e extermínio. Portanto, ao observar o comportamento político das direitas no início do século 20, é possível compreender alguns aspectos compartilhados. A

ordem política e social liberal, que garantia maior liberdade individual, foi considerada como causa da decadência da sociedade. O excesso de liberdade e a busca pelas satisfações dos desejos dos indivíduos foram responsáveis por destruir as hierarquias sociais que estabilizavam a sociedade.

Diante disso, o corporativismo, em suas versões católica e fascista, reagiram contra o regime democrático. A democracia, na medida em que permitia a expressão dos distintos desejos e demandas, abria espaço para uma sociedade desordenada. Assim, o autoritarismo corporativista, em voga em diversos países ocidentais nas primeiras décadas do século, foi elaborado como uma reação a um determinado tipo de modernidade. É interessante notar que, embora críticos da modernidade, tais grupos, mesmo que buscassem retomar aspectos de um passado idealizado, não eram totalmente contrários à modernidade. Fascismo e nazismo incentivaram a industrialização e o crescimento econômico em seus respectivos países. Nesse sentido, a proposta de uma modernidade corporativista dizia respeito à continuidade do desenvolvimento capitalista sem as liberdades individuais e os conflitos sociais derivados do avanço da industrialização.

Enquanto marxistas, comunistas e socialistas incentivaram os conflitos entre as classes trabalhadora e burguesa, os corporativistas reconheciam a existência da luta de classes e pretendiam resolvê-la a partir do controle religioso ou estatal. O Estado surgia, nessa perspectiva, como o árbitro capaz de impedir o desenvolvimento desses conflitos. Isso